



Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX

Text books in alphabetization classes in Rio Grande do Sul (Brazil) in the 19th century

Elomar Tambara
Universidade Federal de Pelotas

Resumo

O objetivo principal, nesta investigação, foi identificar e tipificar os textos de leitura utilizados nas escolas primárias na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX. O que se buscou, fundamentalmente, é a comprovação empírica que demonstre, com a maior objetividade possível, quais eram os livros de leitura utilizados para constituir o processo de aquisição dessa habilidade. Com a análise de mais de 400 "inventários" de utensílios existentes em aulas de primeiras letras, analisou-se a natureza desses textos e a transformação por que eles passaram em termos de autoria e de perspectivas político-doutrinárias.

Palavras-chave: Texto de leitura. Manuais didáticos. História da educação do Rio Grande do Sul.

Abstract

The main purpose of this study was to identify and characterize the reading texts used in the elementary schools in São Pedro of Rio Grande do Sul State (Brazil), in the 19th century. We have searched for empirical evidence that would demonstrate which were the text books used to develop the reading skill. Studying over four hundred (400) inventories about the material used in the alphabetization courses, we analyzed the origin of these texts and the transformations endured by them regarding authorship and doctrinaire policies.

Keywords: Reading texts. Teacher books. History of the Education in Rio Grande do Sul State.

Nosso objetivo principal, nesta investigação, foi identificar e tipificar os textos de leitura utilizados nas escolas primárias na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX. Mais especificamente, pretendeu-se comprovar quais os compêndios de leitura encontrados efetivamente nas aulas de primeiras letras nesse período. Cumpre evidenciar aqui mais uma delimitação de nosso trabalho que é o fato de, prioritariamente, ser restrito às escolas públicas. De certo modo, essa delimitação decorre da carência de informações sobre o ensino privado nas fontes oficiais de que dispomos. Entretanto, temos a convicção de que o ensino privado não deveria fugir muito do encontrado no estatal. Vale salientar, porém, que isso é apenas uma hipótese.

O que buscamos, fundamentalmente, é a comprovação material que demonstre, com a maior objetividade possível, quais foram os livros de leitura utilizados no processo de aquisição dessa habilidade. Não houve a preocupação com os silabários, os translados, as cartas de ABC, as cartilhas, os manuscritos etc, que se destinavam, primordialmente, à alfabetização e à aquisição dos rudimentos iniciais da leitura. Embora as fontes utilizadas para a identificação desses textos sejam copiosas, nossa análise restringir-se-á à compreensão de objetos destinados a um segundo nível, em termos de aprendizagem, na qual acontecia, a rigor, a consolidação do ato de ler.

74

Este trabalho tem como principal característica, em termos de fontes, a utilização de veículos oficiais de informação. Sem dúvida, a investigação da circulação do livro didático no século XIX e anteriores ressaltam-se de indicadores fidedignos que atestem o efetivo grau em que determinada obra foi utilizada em sala de aula. De modo geral, têm-se utilizado indicadores que, embora importantes, denotam um alto grau de subjetividade em termos de generalização, como é o caso de se servir de memórias, autobiografias, romances, e mesmo de catálogos das editoras que produziam esse tipo de material para evidenciar a natureza, a produção e, de modo especial, a sua circulação.

Nesta investigação, também recorreremos a essas fontes, mas o faremos de maneira a subsidiar as informações obtidas em fontes oficiais, numa espécie de entrecruzamento de fontes que, sobremaneira, contribui para corroborar as conclusões em relação ao objeto de pesquisa investigado.

Com esse objetivo, as principais fontes foram: 1. relatórios do setor de distribuição de livros para as escolas vinculadas ao governo provincial ou estadual; 2. os inventários dos objetos e utensílios existentes nas aulas por



ocasião da posse ou da entrega das mesmas; 3. Os documentos do principal editor – Rodolfo Machado – contratado pelo governo para a edição de obras didáticas.

Desse rol de documentos, ressaltamos – devido a sua relevância para a documentação empírica de nossa pesquisa – a análise de mais de 400 inventários dos utensílios existentes em aulas de primeiras letras no período compreendido entre a década de 30 até a última década do século XIX e que se dispersam em mais de uma dezena de localidades da província.

Sem dúvida, essa é uma amostragem de fonte empírica, sem precedentes, atestada freqüentemente pelo professor que deixa a escola, por aquele que assume e, muitas vezes, ainda por um inspetor escolar e ou juiz de paz. O que se presume, então, é que o material descrito nesses inventários, de fato, estava na sala de aula e era efetivamente utilizado. Esse aspecto pode ser identificado pela insistência com que os professores reclamavam da demora com que esses objetos chegavam a suas mãos como também pela quantidade de livros de leitura considerados “inservíveis” e que, hipoteticamente, se caracterizaram como tal pela utilização intensiva por parte dos alunos. Embora, por outro lado, não nos garante que fossem efetivamente utilizados.

É importante salientar que esses inventários eram relativamente bem circunstanciados no sentido de declararem todo e qualquer utensílio encontrado na sala de aula, desde lousas, penas, carteiras, bancos, tinteiros até as armas do império, palmatórias, regulamentos de instrução e, sobre o que nos interessa nesta investigação, a relação dos livros, compêndios etc. (Veja exemplares em anexo)

Uma primeira constatação é que há uma profunda diferenciação entre as diversas aulas em termos da existência de exemplares de livros de leitura. Em muitas aulas, o inventário evidencia a inexistência de qualquer volume que poderia ser usado para tal fim. Por outro lado, em outras aulas pode-se perceber que há uma relativa abundância de compêndios que, direta ou indiretamente, pudessem ser usados para o exercício da leitura em sala de aula.

Tal disparidade decorre, geralmente, das características pessoais e profissionais do professor, pois, particularmente, a partir de meados do século XIX, o provisionamento de livros dependia, fundamentalmente, de requisição à instância governamental competente. De qualquer forma, nota-se que são abundantes os ofícios de professores reclamando do não-provimento dos

utensílios indispensáveis para o funcionamento das aulas, apesar dos reiterados pedidos.

No início do século XIX, o Regulamento da Instrução Primária atribuía às Câmaras Municipais a responsabilidade pelos imóveis enquanto cabia à presidência da província responsabilizar-se pelos móveis e utensílios necessários para o funcionamento das aulas dentre os quais os compêndios, livros, translados etc.

Segundo a Lei de 1837 em seu artigo 22 incube ao diretor de instrução pública "*2º Regular o systema e methodo pratico do ensino, escolher ou organizar os Compêndios e modelos das Escolas, e dar as providencias, para que a instrucção seja uniforme em todas ellas, submettendo tudo à approvaçãõ do Presidente da Província.*" (LEI DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1837, 1837, 2004, p. 18 apud ARRIADA; TAMBARA, 2004).

Os inventários da década de 1830 comprovam que o principal texto de leitura utilizado, quando não o único, era o catecismo como se pode perceber na "relação" abaixo:

76 **Relação dos utensílios que recebi pertencente à Escola Pública de Primeiras Letras de meninas dessa cidade**

30 Catechismos

9 Silabarios. (SENHORINHA BERNARDA, RIO GRANDE, 08 DE JULHO DE 1838).

Ao final da Revolução Farroupilha, o governo provincial procura formalizar o sistema público de ensino e, particularmente, em relação aos textos de leitura vai uniformizar os compêndios que deveriam ser usados nas aulas. As orientações determinavam que a quantidade de objetos devesse ser calculada para 10 alunos e os pedidos deveriam considerar os exemplares existentes na aula.¹

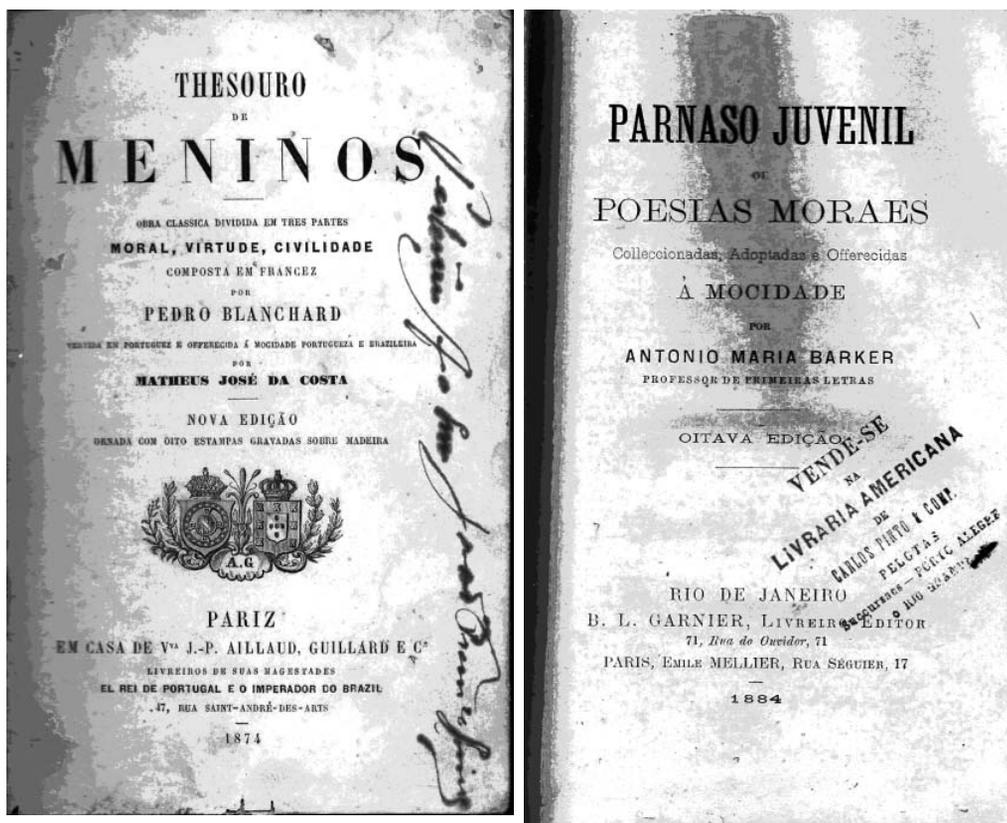
Livros para dez alunos

10 Compendio de civilidade

05 Ditos de doutrina



- 05 Breve direção
 02 Bibliotecas juvenis
 02 Thesouro de meninos
 02 Parnaso juvenis. (RIO PARDO, 08 DE OUTUBRO DE 1847).



No início da década de 1850, pode-se observar que os professores começam a intensificar seus pedidos com a finalidade de tornar mais expressiva a quantidade de livros de leitura presentes nas aulas. A professora da Vila de Cachoeira (atual Cachoeira do Sul), por exemplo, solicita um livro de leitura para dois alunos.

Orçamento dos objetos precisos para 53 alunos para o ano financeiro de 1850 a 1851

Bibliothecas juvenis

28 Breves direções para educação dos meninos

28 Sciencia do bom homem Ricardo. (PROFESSORA CÂNDIDA ROIZ PEREIRA da SILVA, CACHOEIRA, 10 DE MAIO DE 1850).

Em outro extremo da província, identifica-se a reiteração do padrão, em termos de livros de leitura, caracterizado por textos produzidos principalmente no Município Neutro ou na França. Evidencia-se, além disso, a predominância dos textos de cunho doutrinário religioso com ênfase no Catecismo de Montpellier.

Relação dos utensílios existentes na Escola Pública de 1ª Letras do distrito do Tahim

78

10 Catecismos de Montpellier

04 Cartilhas de Doutrina Christan

02 Tesouros de Meninos

02 Bibliotecas Juvenis. (PROFESSOR PÚBLICO JOSÉ ANASTÁCIO CADAVAL, CACHOEIRA, ESCOLA DA FREGUESIA DO TAHIM, 30 DE JUNHO DE 1851).

Nesse ano, 1851, os objetos existentes na aula pública, em dois períodos distintos, revelam a consolidação de textos de leitura característicos dessa época na Província do Rio Grande do Sul e que, reiteradas vezes, temos verificado em grande quantidade de documentos desse período. A rigor, a variabilidade de títulos é relativamente pequena e, até certo aspecto, surpreendente, confirmando, ademais, a dificuldade que determinados textos, muito utilizados em outras províncias, apresentavam em termos de circulação e de utilização no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, os textos de Roquete e de Castilho.

A relação de textos de leitura que a professora Maria Leopoldina Lessa recebeu de sua antecessora demonstra a amplitude da dispersão desses



compêndios, e reforça a idéia de que a área da leitura era efetivamente privilegiada no processo de ensino aprendizagem.

Relação dos objetos que foram entregues pela professora da Aula Pública de Meninas D. Cândida Rosa de Abreu Pedroza a actual professora D. Maria Leopoldina Lessa

- 04 exemplares de Parnaso Juvenil
- 01 do mesmo inservível
- 03 Bibliotheca Juvenil
- 01 do mesmo inservível
- 02 Thesouro de Meninos
- 01 do mesmo inservível
- 02 exemplares de Simão de Nantua
- 09 Catecismo de Montpellier

04 do mesmo inservível. (MARIA LEOPOLDINA LESSA, 31 DE MARÇO DE 1851).

79

No pouco tempo de exercício da professora Maria Leopoldina Lessa, muitos dos textos já se tornaram inservíveis, o que pode denotar um uso intenso deles, embora não se possa afirmar peremptoriamente. Observa-se, também, a emergência do trabalho de Lourenço de Jussie *Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*. A "relação" a seguir comprova essas assertivas:

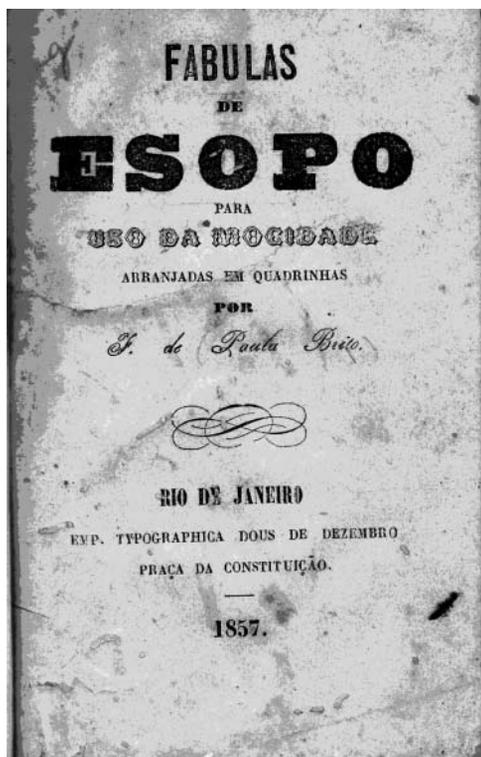
Relação dos objectos que existem na 1ª Aula de Instrução Primária de Meninas da Cidade do Rio Grande

- 03 exemplares da Bibliotheca Juvenil inservíveis
- 04 Catecismos de Montpellier idem
- 04 exemplares de Parnaso Juvenil
- 02 tomos de Thezouro de Meninos
- 12 exemplares de Simão de Nantua
- 09 Catecismos de Montpelier. (MARIA LEOPOLDINA LESSA, 1851).

Ainda nesse ano, pode-se reafirmar que o padrão de textos não diferia nas aulas de meninos. A solicitação do professor da 1ª Cadeira da cidade do Rio Grande reitera a situação de não-atendimento de suas reivindicações em termos de utensílios necessários para o bom funcionamento da aula de instrução primária sob sua responsabilidade. Quanto aos compêndios, o professor ressalta o não-atendimento de alguns títulos que, para ele, são importantes: "Relação dos utensílios pedidos para a Aula de Instrução primária da 1ª Cadeira da Cidade do Rio Grande e que ainda não forão fornecidos = a saber 20 livros da Biblioteca Juvenil, 20 Thezouro de meninos, 20 parnasos juvenis." (JOÃO JOSÉ P. DA COSTA E SILVA, 14 DE JUNHO DE 1851).

No final da década de 1850, verifica-se, nos inventários, a emergência de dois títulos que vão se tornar uma presença freqüente até o final da década de 1880: *A Ciência do Bom Homem Ricardo* de Benjamin Franklin e *as Fábulas de Esopo*.

É necessário ter em mente que, de modo geral, a presença de livros de leitura nas salas de aula das escolas públicas estava associada à incapacidade econômico-financeira dos alunos, pois o fornecimento deles pelo governo provincial atendia às necessidades dos alunos cujos pais não tinham condições financeiras para adquiri-los. Esse aspecto é comprovado, por exemplo, quando o professor da Aula Pública de Primeiras Letras da Freguezia do Estreito, em 1856, solicitou a remessa de 6 *Fábulas de Esopo* e tal requerimento foi assinado por Inácio da Silva Ferreira, inspetor paroquial, por Antonio Jose da Silva, professor, e pelo presidente da Câmara Francisco Lino D'Alves "para os discípulos matriculados muito pobres."²



Até meados do século XIX, os textos para leitura não sofrem profundas variações, mantendo um padrão relativamente inalterado, como pode ser comprovado pelas relações da aula para meninas da Freguesia de Mostardas e da aula para meninos da vila de Cachoeira ao final da década de 1850:

Relação dos utensílios que Recebi do Inspetor da Instrução Primária do sexo feminino desta Freguezia de S. Luiz de Mostardas; O Snr. Israel Nunes de Sousa; sendo os seguintes:

1 Livro da Fabula do Esopo (Inutilizado)

1 Catechismo de Montpellier
(Inutilizado)

5 Compendios de Civilidade
(Perfeitos)

5 Livros de Breve Direção (Perfeitos). (JOAQUINA DA SILVA ORIBES, PROFESSORA INTERINA, FREGUEZIA DE MOSTARDAS, 23 DE ABRIL DE 1857).

Relação dos utensílios pertencentes à Escola publica de instrução primaria da villa de Cachoeira em 31 de dezembro de 1858

Vinte e cinco compêndios de civilidade

Dez compêndios de moral

Vinte e cinco ditos de doutrina

Cinco Tesouro de Meninos

Seis Bibliotecas

Seis Parnasos Juvenis

Vinte Compêndios da Sciencia do Homem Ricardo

Doze ditos de Fabulas de Esopo

Trinta exemplares para leitura. (RODRIGO ALVES RIBEIRO PROFESSOR PÚBLICO, 1858).

Nos colégios particulares, observa-se que o padrão dos livros destinados à leitura destoa ligeiramente daquele existente nas aulas públicas. Esse fenômeno apresenta maior expressão nas décadas de 1870 e 1880, no período que antecede à instalação de um sistema de controle e de distribuição do livro didático mais sistematizado por parte do aparelho estatal provincial. O ano de 1879 é privilegiado para essa averiguação, pois possibilita uma visão muito clara e objetiva de vários aspectos do ensino privado na província.



Nesse ano, a Câmara Municipal de Rio Grande elaborou um questionário, com várias perguntas, sobre o funcionamento desses estabelecimentos de ensino sendo que a questão de número VIII indagava sobre os compêndios preferidos pelos professores e utilizados em aula.

Nota-se, estribado nessas fontes, que nas escolas particulares um dos autores preferidos em termos de texto didático de leitura foi Abílio Borges, autor que, até então, praticamente não apareceria nos inventários e que, como veremos, não aparecerá nas relações dos textos de leitura distribuídos pelo governo provincial e estadual às escolas da rede pública de ensino nas décadas seguintes.

Na resposta do diretor Alfredo Antonio dos Santos ao questionário, são nomeados os seguintes compêndios:

Grammatica Ingleza por Motta Azevedo
Idem Franceza por E. Sevene
Idem Portugueza por J. Morena
Petit Cours de Versions Anglaises por Sadler
Mon Joli Second Livre
Geographia por Menezes
Idem por Alfredo Santos
Historia por Idem
Primeiro e Segundo Livro de Leitura por Abílio Borges
Rudimentos de Arithmetica por Baker
Doutrina Christã por idem
Livro d'Ouro por J. Morena
Arithmetica por Arno Ernst

No Colégio S. Pedro, um dos mais tradicionais da cidade, era utilizado *Nova Seleta dos autores Clássicos – Bernardes – Fr. Luiz de Souza – Rodrigues Lobo e Luiz de Camões*. (THIBAUT; DIRETOR DO COLLEGIO S. PEDRO, 5 DE ABRIL DE 1879).

Nessa ocasião, Ignez d'Oliveira Soares, diretora do Collegio Minerva, coloca em sua resposta: "*Finalmente são preferidos os livros e compêndios*

do Dr. Abílio Cezar Borges, *arithmeticas de Antonio Alves Pereira Coruja e geographia de Gauthier*".

No "Collegio São João" dirigido por Rodrigo da Costa Almeida Lobo, relata-se que, entre os compêndios preferidos, estão: "*Selecta de Antonio Estevão da Costa e Cunha, Expositor da língua materna por Midosi, Manuscripto por Duarte Ventura e 1º 2º e 3º Livros do Dr. Abílio*".

A professora Fausta Josephina de Miranda afirmou, em 13 de abril de 1879, que, no colégio por ela dirigido, utiliza como "*compendio p^a leitura e reza a Escriptura Sagrada Doutrina Christã por Barker*".

É necessário salientar que as instituições particulares de ensino sempre foram refratárias à elaboração de "relatórios" para as autoridades, sendo freqüentes as respostas lacônicas que, de modo geral, denotam resistência a prestar informações. Nesse sentido, a diretora Leocádia Duval e o diretor do Collegio Brazil, por exemplo, responderam "*Compêndios – os que ordena a instrução pública da Província*".

O último quartel do século XIX vai caracterizar-se pelo ingresso do Rio Grande do Sul no período que eu denomino de provincialização da produção do livro didático.³ No Brasil, com maior ou menor intensidade, as províncias conseguem construir um processo de produção e circulação de livros didáticos que, se não eliminou, diminuiu, pelo menos, significativamente os compêndios editados no município da Corte e/ou na França ou Portugal.

Habitualmente, esse processo esteve vinculado à consolidação de uma Escola Normal na província com a conseqüente formação de um núcleo de intelectuais mais vinculados à formação de professores e também à constituição de uma estrutura burocrático-administrativa subordinada ao conselho escolar encarregada de aprovar os textos a serem utilizados nas escolas públicas existentes na província. A aprovação por essa instância estatal constituiu-se em condição indispensável para a circulação e utilização das obras didáticas nas escolas públicas. Note que é um estratagema similar aos que alguns autores e editoras utilizavam no envio de exemplares, gratuitos, com o objetivo de cativarem uma clientela inicial.

No caso do Rio Grande do Sul, a situação é emblemática a partir da década de 1880 com uma efetiva provincialização da produção dos textos de leitura. Nos 50 anos seguintes, praticamente houve um monopólio de auto-



res e/ou de editoras gaúchos em relação aos livros didáticos utilizados em sala de aula.

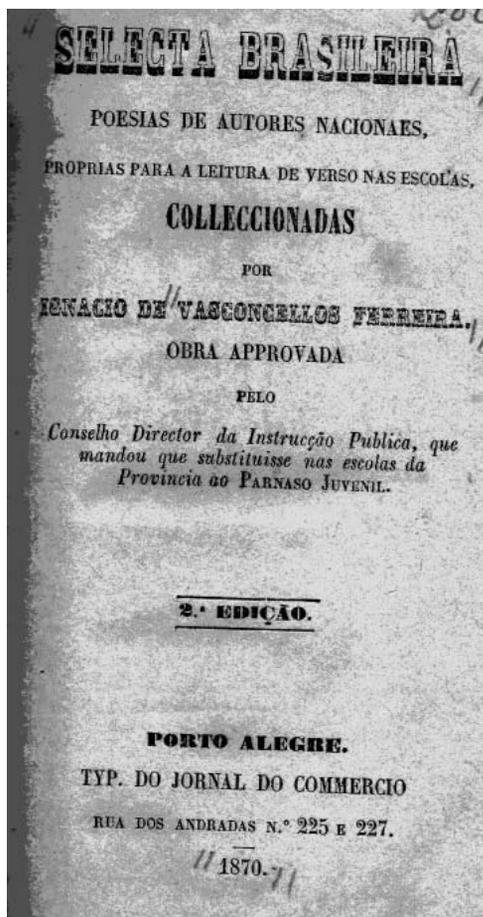
Os diversos regulamentos de instrução pública trataram de legislar sobre essa temática como é o caso do Regulamento de 1881 que atribuía ao Conselho de Instrução Pública a responsabilidade de dar parecer:

& 1º Sobre methodos e systemas práticos de ensino. & 2º Sobre a adopção e revisão ou substituição de compêndios, livros e objectos de ensino. & Sobre o merecimento das obras compostas na província ou fora d'ella, que forem submetidas a sua aprovação. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1881, ART 9º, 1881, 2004).

Em relação aos compêndios de leitura para utilização nas escolas, esse processo inicia-se com o texto de Ignácio de Vasconcellos Ferreira *Selecta Brasileira – Poesias de autores nacionaes, próprias para a leitura de verso nas escolas*. Essa obra foi aprovada pelo Conselho Diretor da Instrução Pública, em 1868, que recomendava a substituição do compêndio de Barker *Parnaso Juvenil*.

A Comissão examinou a 'Selecta Brasileira' que o Sr. Ignácio de Vasconcellos Ferreira offereceu ao Conselho da Província, e reconhecendo o merecimento de semelhante trabalho, é de parecer que a 'Selecta Brasileira' seja preferida nas escolas públicas, para a leitura de verso, ao Parnaso Juvenil' que é o compendio por que aprende actualmente a mocidade rio-grandense. (PARECER..., 1868).

Essa obra revela a importância em obter a aprovação do "Conselho de Instrução Pública" e corrobora a utilização pelos autores e editores dessa chancela como elemento de propaganda de seus textos. Lançada, em 1869, essa "selecta" já estava em 3ª edição em 1871 o que é indicador de seu sucesso.



Em pouco tempo, sobressaem-se os livros elaborados por Hilário Ribeiro⁴ transformando-se no grande ícone, nessa área, na província, construindo, assim, informalmente, a “escola graduada”, pois a identificação do grau de adiantamento estava vinculada ao livro que o aluno havia “vencido”.

Nota-se, também, a emergência da *Seleto em Prosa e Verso* de Alfredo Clemente Pinto⁵ que, no alvorecer da República e, de modo especial, no período da República Velha, vai constituir-se no livro de leitura, por excelência, da escola primária no Estado do Rio Grande do Sul.⁶



A prevalência de Hilário Ribeiro pode ser aquilata pela relação de livros de leitura existentes nas aulas públicas, tanto do sexo feminino, como do masculino, da vila do Arroio Grande em 1886.

Relação dos utensílios e livros existentes na aula pública do sexo feminino da villa do Arroio Grande

Primeiros livros de leitura	cinco
Segundo livros de leitura	quatro
Terceiros livros de leitura	três
Quartos livros de leitura	três

Selectas uma. (MALVINA FRANCISCA DE OLIVEIRA, ARROIO GRANDE 1º DE JULHO DE 1886).

villa de Arroio Grande no 1º semestre de 1886

- 1 Quarto livro de leitura por H.R.
- 3 Terceiros livro de leitura por H. R.
- 2 Segundo livro de leitura por H. R.
- 3 Primeiro livro de leitura por H. R. (O PROFESSOR CYRINO LUIZ DE AZEVEDO, ARROIO GRANDE 1º DE JULHO DE 1886).

Esse fenômeno também pode ser percebido na relação de objetos da aula pública da Ilha dos Marinheiros em 1888, sendo interessante constatar a composição de um circuito caracterizado pelo intercruzamento de interesses recíprocos. Assim, na reunião do Conselho Escolar, em 1885, o relator sobre as obras de Hilário Ribeiro, que as aprovou, foi Alfredo Clemente Pinto que dividia com aquele o mercado sul-rio-grandense de textos de leitura nas aulas primárias.

Relação dos objetos existentes na aula pública mixta 2ª cadeira da Ilha dos Marinheiros

- 4 1º livro de leitura por Hilário Ribeiro
- 2 2º livro de leitura por Hilário Ribeiro
- 3 3º livro de leitura por Hilário Ribeiro
- 2 selectas pelo dr. Alfredo C. Pinto. (PROFESSORA MARIA CAMILA DE CASTRO, 5 DE MARÇO DE 1888).

Ao final do século XIX, a hegemonia dos textos de leitura elaborados por Hilário Ribeiro é inquestionável em todo o Estado do Rio Grande do Sul, como pode ser aquilatada pelos utilizados nas aulas de instrução pública na zona de imigração italiana.⁷ Essa etnia aporta na Província em 1875 e, apesar dos esforços de diversas instituições italianas, o processo de assimilação cultural foi relativamente rápido, e nesse processo, atuou com destaque o sistema escolar, caracterizando, a rigor, um procedimento de nacionalização preventivo de caráter, até certo ponto, espontâneo.

Já na República, pode-se averiguar a consolidação desse processo, no Estado como um todo pela "relação" confeccionada pela Professora Rosa de



Bittencourt da cidade do Rio Grande.⁸ Assim, Hilário Ribeiro conseguiu, a partir da Província, consagrar-se como autor de livros de leitura em nível nacional. Seu Primeiro Livro de Leitura editado em Rio Grande pela Livraria Americana, em 1878, atingiu a 123ª edição pela editora Francisco Alves, em 1943. Seu Segundo Livro de Leituras, editado pela Livraria Americana, também em 1878, teve um total de 165 edições até 1940. (TAMBARA, 2003).

Relação dos livros, objectos e demais utensílios fornecidos à 13ª Aula Pública do sexo masculino da Nona Legoa de Caxias no mez de Agosto de 1890

6 Manuscritos por H. Ribeiro

4 Terceiros Livros por H. Ribeiro

Segundos livros por H. Ribeiro. (PROFESSOR TRISTÃO D'AVILA, CAXIAS DO SUL, 11 DE AGOSTO DE 1890).

Relação dos objectos, livros e utensílios escolares precisos para custeio da aula nacional do sexo masculino de Nova Trento exercício de 1892

20 1º Livros de leitura

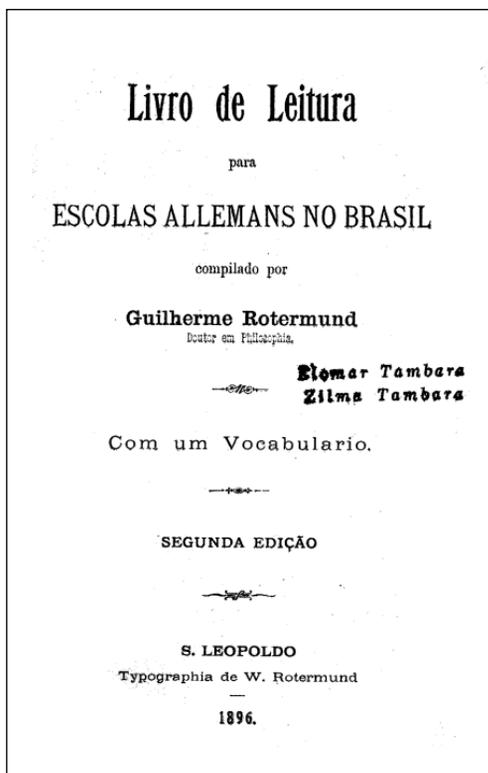
5 2º livros ditos

5 3º livros idem. (PROFESSOR JACINTHO TARGA, NOVA TRENTO, 15 DE MARÇO DE 1892).

No século XIX, estruturou-se um sistema educacional singular direcionado e organizado pela comunidade teuto-brasileira. Essa organização escolar em termos de livro didático não apresenta, por um longo espaço de tempo, o mesmo modelo do anteriormente comentado. Em seu auge, essa rede de ensino contava com mais de 1.500 escolas vinculadas, primordialmente, às comunidades coloniais. A partir de meados desse século ocorreu, com maior intensidade, a produção, a distribuição e a utilização de material didático oriundo de autores e editoras radicados na Província para uso específico, ou, pelo menos, preferencial, pela "escola teuto-brasileira."⁹ Geralmente, nesse período, os textos de leitura utilizados eram escritos em alemão.

Alguns desses livros de leitura tiveram grande sucesso editorial como, por exemplo, o de Friedrich Bieri *Deutsches Lehr-und Lesebuch für Brasilien* editado em São Leopoldo pela editora Selbstverlag des Verfassers em 1876. Esse texto de leitura teve 10 edições somente no século XIX.

Com o mesmo sucesso editorial, em 1891, o Dr. Wilhelm Rotermund, tradicional livreiro e consagrado autor de livros didáticos, publicou *Lesebuch für Schule und Haus* com 390 páginas.¹⁰



Mas havia também a produção e utilização de textos em português, como é o caso do *Livro de Leitura para Escolas Allemans no Brasil* compilado por Guilherme Rotermund, e publicado em 1888, em São Leopoldo, pela Typographia W. Rotermund, com grande circulação nas aulas teuto-brasileiras.



Obeve, ainda, um relativo uso, embora não propriamente no ensino nas séries iniciais, a *Selecta de Leituras Allemãs* elaborada por A. Apell publicada pelas editoras Guillard, Aillaud & Cia de Paris e Francisco Alves do Rio de Janeiro, em 1898.

No decorrer do século XX principalmente a partir do processo de nacionalização do ensino há a tendência de uniformização do sistema escolar com a incorporação das escolas teuto-brasileiras ao sistema estatal de ensino.

Ao final do primeiro lustro da década de 1890, consolida-se a hegemonia positivista-castilhistas no Estado. O desiderato da Revolução Federalista (1893-1894), com a vitória dos "pica-paus" sobre os "chimangos" como eram denominados, respectivamente, os adeptos de Júlio de Castilhos e Silveira Martins, incrementou a influência do positivismo na formulação das políticas públicas, particularmente, em relação à educação.

No caso específico dos textos de leitura utilizados em aula, nota-se a agregação de novos compêndios: o *Catecismo Nacional* e o *Catecismo Constitucional* evidenciando a tendência já existente de influência mais incisiva de ordem político-doutrinária nos textos de leitura.

Esse processo pode ser comprovado nos textos de leitura existentes na Aula da Freguesia do Taim em 1896:

91

Material existente na Aula Pública da Freguesia do Taim em 22 de novembro de 1896

- 4 Catecismos nacionaes
- 12 Segundo livro de leitura
- 5 Catecismo constitucionaes
- 3 Selecta em prosa e verso
- 4 Terceiro livro de leitura

O governo estadual de orientação positivista procurou, apesar da propalada liberdade de consciência, instituir mecanismos de persuasão harmônicos com seus princípios doutrinários. A materialidade desse comportamento político-administrativo pode ser ajuizada pelos textos de leitura existentes nas salas de aula. No mesmo ano (1896), em Rio Grande, o "inventário" da 1ª

Cadeira do sexo masculino e, em Piratini, a "relação de utensílios" reforçam essa interpretação:

Inventário dos utensílios, livros e mais objetos pertencentes a 1ª Cadeira do sexo masculino da cidade do Rio Grande e pelo qual fiz entrega nesta data a D^a Francisca Bezerra da Silveira

Doze Cartilhas Nacionais de H. Ribeiro

Seis Segundo livro H. Ribeiro

Nove Terceiro livro de H. Ribeiro

Doze Catechismos. (D^a FRANCISCA BEZERRA DA SILVEIRA, RIO GRANDE 31 DE OUTUBRO DE 1896).

Relação dos utensílios e mais objetos que pertencem a aula do sexo masculino da Estação Piratini

13 Cartilha Nacional

Segundos Livros de Leitura (por Hilário Ribeiro)

9 Terceiros Livros de Leitura (por Hilário Ribeiro)

8 Selectas em proza e verso

20 Catechismo Constitucional. (O PROFESSOR INTERINO, ALEXANDRE VIVES DIAS, ESTAÇÃO PIRATINY 30 DE JUNHO DE 1896).



O texto Catechismo Constitucional foi elaborado sob encomenda do governo do estado com o objetivo de trabalhar mais fortemente, nas aulas públicas, a construção de um ideário republicano de cunho positivista consentâneo com a constituição estadual de 1891. Essa preocupação é manifesta na própria apresentação do livro:

O meu illustre collega, Dr. Manoel Pacheco Prates, digno director Geral da Instrucção Pública, compenetrado da necessidade de inculir no espírito de nossos jovens patricios noções elementares da organização política do Estado por meio de uma obra apropriada ao ensino primário, encarregou-me dessa tarefa, pedindo-me a máxima brevidade na elaboração deste livrinho, cujo plano deu, e o qual combinamos denominar Catechismo Constitucional Rio-Grandense, em attenção ao methodo adoptado. (ALMEIDA, 1895, p. 3).

O que fica evidenciado é que, no processo de produção, circulação e utilização do livro didático e, de modo especial, do texto de leitura há um emaranhado de interesses econômicos, políticos e ideológicos que tornam esse "mercado" um setor peculiar na área de editoração de livros.

Em verdade, há necessidade de uma chancela institucional para o sucesso. Esse "atestado liberatório" vincula-se às instituições sociais hegemônicas, particularmente o Estado coadjuvado pela Igreja.

A criação das comissões de instrução pública encarregadas de avaliar e, em última instância, autorizar o ingresso do texto didático nas salas de aula constitui-se no marco emblemático desse controle. Ter o "*mandado adoptar*" era o selo necessário para o sucesso editorial. É preciso ter em mente que o mercado cativo era relativamente grande como atestam os mapas demonstrativos dos almoxarifados do governo estadual:

Mapa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da instrução pública e distribuídos às escolas públicas

Compêndio	Quantidade recebida	Quantidade Distribuída	Existência
2º Livro Samorin	1427	7466	6804
3º Livro Hilário	3452	3452	-
4º Livro Hilário	1000	1000	-
Selecta Alfredo Pinto	2600	2375	225
Manuscriptos	8500	5380	3120

Fonte | Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, 1º de junho de 1899, Porto Alegre, Federação, 1899.

Nota-se que, apenas, os textos de leitura distribuídos, em 1899, somaram cerca de 20.000 exemplares. A importância desse "mercado" pode ser mais bem dimensionada pelo total de livros recebidos pelo almoxarifado em 1898 que se aproximou de 70.000. É preciso considerar que o fato de o governo distribuir esses livros para os "alunos reconhecidamente pobres" obri-



gava o restante dos alunos a adquiri-los no mercado, o que consistia no grande mote mercadológico da indústria editorial do livro didático.

Essa estratégia, sob certo aspecto, era reprisada por alguns autores que enviavam "gratuitamente" a professores, escolas e mesmo ao próprio estado, livros de sua lavra para serem adotados nas aulas públicas como livro didático.

A dimensão desse mercado pode ser estimada, no início do século XX, pela relação de materiais fornecidos às escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul. Observa-se que, de um total de aproximadamente 110.000 livros que foram fornecidos em 1908, somente textos de leitura, são 50.269 exemplares.

Livros de Leitura fornecidos às Escolas Públicas de 1907 a 1908

Título	Quantidade
Leituras Escolhidas	9.044
Selecta do Dr. Pinto	7.616
Leitura de trechos escolhidos Maia	4.199
2º livro de leitura	10.796
3º livro Hilário	10.026
4º livro Hilário	8.586
Total	50.269

Fonte | Relatório da Instrução Pública, 16 de junho de 1908, Porto Alegre, Federação, 1908. (anexo 3)

O mercado do livro didático era extremamente significativo para o mercado editorial, de modo que havia uma disputa muito acirrada para nele ingressar tanto de editores como também de autores.

No caso do Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil, o método mais utilizado para obter uma fatia desse bolo era o de ter sua obra aprovada pelo Departamento de Instrução Pública o que garantia, sob certo aspecto, a

sanção governamental por ocasião da escolha dos textos a serem indicados nas escolas públicas.

Como o setor privado era por aquele balizado, o que se observa é que a aprovação desse setor era utilizada como um mecanismo de propaganda da obra. Nesse sentido, a disputa era renhida. No Rio Grande do Sul, por exemplo, pelos mais diferentes motivos, obras de autores consagrados foram rejeitadas como as de João Simões Lopes Neto e Silvio Romero. Do mesmo modo, em 1891, o Conselho se manifestou pela exclusão do *Primeiro Livro de Leitura* de Abílio César Borges. Em 1897, não foi aprovado o *1º Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho autor consagrado de textos de leitura em nível nacional.¹¹

Cria-se uma espécie de núcleo de poder que rechaça ou, pelo menos, resiste muito a qualquer renovação de textos. E, nesse sentido, observa-se uma clara influência dos professores da Escola Normal. Há uma nítida correlação entre os autores aprovados e a prática da docência nessa escola.

Textos de leitura que não conseguiram romper essas barreiras tiveram que se contentar com a "edição princeps" como foi o caso, por exemplo, de *Sonoras* publicado em Pelotas, em 1891, pela Livraria Universal que era uma compilação de *Poesias de Diversos Autores Nacionaes* elaborada por F. de Paula Pires, C. Bandeira Renault e Antonio J. Ferreira Campos.

Já anteriormente Villeroy havia tentado penetrar nesse circuito, sem sucesso, quando publicou *Seleção Nacional, Trechos Escolhidos de Autores Brasileiros* em 1883. Apesar de ser já um autor de livro didático consagrado na Província, seu "Compêndio de Gramática Portuguesa encontrava-se nesta época na 3ª edição e de ser um funcionário de primeiro escalão da administração provincial." (TAMBARA, 2003, p. 288).

Em conclusão, essas fontes nos permitem inferir que, no século XIX, no Rio Grande do Sul, em termos de textos de leitura ocorreu um processo marcado tipicamente por três períodos distintos em termos de produção, caracterizados por autores e ou editoras vinculados a: 1. Portugal e ou França; 2. Município Neutro; 3. Província do Rio Grande do Sul. Há, também, uma paulatina concentração autoral dos textos de leitura utilizados nas aulas públicas. No final do século, há preferência por, apenas, dois autores Hilário Ribeiro e Alfredo Clemente Pinto. Esses textos também revelam o processo de secularização do texto de leitura na medida em que os textos de doutrina cristã não foram mais



utilizados, mormente com o advento do positivismo. No entanto tal assertiva é questionável, pois a "Selecta" de Clemente Pinto, por exemplo, está eivada de doutrina cristã. Evidencia-se, ainda nesse século, a organização de uma estrutura político-burocrática responsável pela chancela dos livros didáticos como permissíveis ou autorizados para serem utilizados na rede de ensino pública. Criou-se um "Nihil Obstat" secular. Por fim, comprova-se a tentativa do governo estadual de atuar mais diretamente na seleção do conteúdo com a formatação dos catecismos constitucionais.

Notas

- 1 "Quando os professores fizerem os pedidos annuaes remeterão igualmente a relação dos utensílios e objetos existentes em sua Aula, declarando seu bom ou mau estado para à vista da informação, que os deve acompanhar do Inspector respectivo serem-lhes satisfeitos." (Rio Pardo, 08 de outubro de 1847).
- 2 No Regulamento de Instrução Pública em seu artigo 25 estipula que ao Conselho Escolar incumbe "Fornecer às crianças reconhecidamente pobres o indispensável attestado afim de que possa o professor distribuir-lhes os livros e o necessário para o ensino".
- 3 Sobre esta periodização veja: Tambara, Elomar (2002).
- 4 "RIBEIRO (de Andrade e Silva), Hilário. Nasceu em Porto Alegre, RS em 1º de janeiro de 1847; morreu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1886. Estudos primários com o pai em Porto Alegre. Professor numa aula pública na Azenha, Porto Alegre; e de Desenho na Escola Normal de Porto Alegre. Co-diretor da revista A Escola, Porto Alegre, 1874. Catedrático do Liceu de Artes e Ofícios, Rio de Janeiro. Membro do Partenon Literário, Porto Alegre. (TAMBARA, 2003, p. 232).
- 5 "PINTO, Alfredo Clemente. Nasceu em Porto Alegre em 15 de agosto de 1854; morreu em Correias, RJ, em 21 de janeiro de 1938. Estudos preparatórios iniciados em Porto Alegre e concluídos em Altona, Alemanha, para onde seguira em 1863; e Colégio Pio Americano, Roma. Diplomado em Filosofia pela Universidade Gregoriana, Roma, 1874. Curso de Teologia na mesma universidade, inconcluso. Professor de línguas no Ginásio S. Pedro, Porto Alegre e diretor da Escola Normal de Porto Alegre todos a partir de 1885. Diretor da Instrução Pública do RS, 1886. Deputado à Constituinte Rio Grandense de 1891. Professor da Escola Militar, Porto Alegre, 1893. Fundador e diretor da Escola Complementar de Porto Alegre de Porto Alegre, 1907-20. Professor de outros estabelecimentos de ensino de Porto Alegre (Colégio Gomes, Seminário Episcopal, Colégio Souza Gomes, Colégio Bom Conselho)." (TAMBARA, 2003, p. 216).
- 6 Seleta em Prosa e Verso dos melhores Autores Brasileiros e Portugueses. Porto Alegre, Sebach, 1884. id 20 ed. Em 1914; id, 35ª ed. Em 1922. (Idem).
- 7 Estas "relações" referentes à Zona Colonial Italiana encontram-se em Adami (1981).

- 8 Relação dos objectos existentes e pertencentes a 2ª cadeira mixta desta cidade.
 02 Selecta
 23 Primeiro livro de leitura.
 16 Segundo livro de leitura.
 11 Terceiro livro de leitura. (ROSA DE BITTENCOURT, RIO GRANDE 02 DE ABRIL DE 1894).
- 9 Sobre a constituição, natureza e inventário desses textos veja: Kreutz (1994).
- 10 Até 1938, esse texto de leitura obteve 10 edições.
- 11 Para uma análise mais aprofundada sobre esta questão veja: Trindade (2004).

Referências

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**. Porto Alegre: EST, 1981.

ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. **Catechismo constitucional Rio-Grandense**. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, 1895.

KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1994.

98 TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, abr. 2002.

TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Lei da Instrução Primária de 1837. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: INEP/SBHE, 2004. In: TAMBARA, Elomar; ARRAIADA, Eduardo. (Org.). (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

_____. **Parecer de 1868**. In FERREIRA, Ignácio Vasconcellos. **Selecta brasileira** – poesias de autores nacionais, próprias para a leitura de verso nas escolas. Porto Alegre: Typ. Do Jornal do Commercio, 1870.

_____. Regulamento da Instrução Pública de 1881. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: INEP/SBHE, 2004. In: TAMBARA, Elomar; ARRAIADA, Eduardo. (Org.). (Coleção Documentos da Educação Brasileira).



_____. **Relatório do Inspetor Geral da Instrução Publica**. Porto Alegre: Federação, 1899.

_____. **Relatório do Inspetor Geral da Instrução Publica**. 1º jun. 1899. Porto Alegre: Federação, 1899.

_____. **Relatório da Instrução Pública**. 16 de junho de 1908. Porto Alegre: Federação, 1908. (anexo 3).

SELETA EM PROSA E VERSO DOS MELHORES AUTORES BRASILEIROS E PORTUGUESES. Porto Alegre: Sebach, 1884.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

Prof. Dr. Elomar Tambara
Universidade Federal de Pelotas | UFPel
E-mail | tambara@ufpel.tche.br

Recebido 26 fev. 2008
Aceito 10 abr. 2008

Anexos

*Relação dos Objectos Necessarios para a Aula
publica do sexo Feminino da Villa de Sta. Thabel.*

24	Vinte quatro 1. ^o Livro para H. R.
12	Doze 2. ^o " " "
6	Seis 3. ^o " " "
6	Seis 4. ^o " " "
18	Dezoito Catecismo de Doutrina Christã
18	Dezoito Ardosias
100	Cem pennas para as Ardosias
100	Cem pennas de Aço
1	Uma caixa de papel
2	Dois kilogrammas de gis
2	Dois litros de tinta
150	Cento e cinquenta Connetas de Madeira
229	Duzentos e vinte-nove grammas de esponja
1	Uma Connetta
1	Uma Talha para a agua
1	Uma Copo para a agua
24	Vinte-quatro Lapis
6	Seis Atlas coloridos
12	Doze Arithmeticas

Villa de Sta. Thabel 19 de Dezembro de 1844
Maria das Dões da Silva Fernandes



Relação dos utensílios e mais objectos pertencentes a aula do sexo masculino existente na Estação Curitiba (Estada de Ferro do Sul)

- 15 Cartilhas Nacional
 12 Segundos livros de leitura, por Hilario Ribeiro
 8 Terceiros livros de leitura, " " "
 8 Historia do Brasil
 6 Geographia Elementar
 8 Cartographia do Brasil
 20 Manuscriptos
 10 Primeiras Arithmeticas por Sousa Lobo
 10 Segundas Arithmeticas " " "
 6 Grammaticas Elementar
 5 Geometria pratica
 15 Taboadas
 1 Primeiro sillabario por Arthur Trajano Whatuba
 1 Segundo sillabario " " " "
 2 Quixias Cixes
 1 Dita Lapis de pau
 2 Ditas Cometas de pau
 2 Ditas Cometas de latao
 22 Ardosias
 18 Reguas
 12 Exemplos para exercicios Calligraphicos
 1 Sinalpanso
 2 Tinteiros para o Professor
 15 Tinteiros de vidro
 4 Livros para Archivos
 1 Caixa Bonnas de aço
 1 Caixa Bonnas de pedra
 1 Resma Papel Amasso
 1 Bote com Tinta

O Presidente Inventário dos objectos existentes na aula publica
 Portuense de sexo feminino da villa de Terroio Grande
 em 30 de Junho de 1888.

Objectos de madeiras

- 6 Escrevaninhas novas
- 2 Ditas em mais estado
- 6 Bancos novos
- 2 Ditas em mais estado
- 2 Cadeiras com assentos de palhinha.
- 1 Mesa com gavetas
- 1 Armario novo
- 1 Taba para calculos
- 1 Tabeleta com as armas Imperiaes em mais estado
- 4 Reguas de diversas larguras

Compendios.

- 1 Primeiro livro por H. Ribeiro
- 2 Segundos " " " "
- 2 Terceiros " " " "
- 1 Quarto " " " "
- 1 Manuscripto por Ventura.
- 1 Historia do Brasil.
- 1 Grammatica por Hilario.
- 1 Dita por Bibiano.
- 1 Physica
- 4 Livros para a escripturaçao
- 1 Arithmetica.



*Relação dos objectos Necessarios para a
Aula publica do sexo feminino da Villa
de Santa Izabel.*

16	Desceis 1. ^o Livro por H. P.
12	Dose 2. ^o " " "
6	Leis 3. ^o " " "
6	Leis 4. ^o " " "
12	Dose Cathecismo De Doutrina Christã
12	Dose Ardozias
400	Centm pennas para Ardozia
100	Centm pennas De Aço
1	Uma Penna De papel
2	Dois Scilogrammas De gis
2	Dois litros De tinta
150	Centm cincuenta canetas De Madeira
229	Duzentos e vinte nove grammas D'esponja
1	Um Canivete
1	Uma Talha para a agua
1	Um Copo para a mesma
24	Vinte e quatro Capes
6	Seis Atlas Coloridos
12	Dose Arithmeticas

*Villa de Sta Izabel 31 de Dezembro de 1878
A Professora
Maria das Dores da Silva Fernandes*